

AS ORDENS MILITARES PORTUGUESAS

NO IMPÉRIO DO BRASIL

1822 - 1889

António Miguel Trigueiros

Introdução

Um dos problemas que se levantam no estudo das insígnias emblemáticas das antigas Ordens Militares portuguesas (Ordens de Jesus Cristo, de S. Bento de Avis e de Santiago da Espada), diz respeito ao ramo brasileiro das mesmas, ou seja, à identificação das insígnias conferidas pelos imperadores do Brasil, desde 1822 até à implantação da República em 1889, e da sua separação das insígnias conferidas pelos soberanos portugueses. Em termos emblemáticos a tarefa não é fácil, já que os distintivos das três antigas Ordens Militares são praticamente idênticos nos dois casos.

Em Portugal, a Ordem Militar de Cristo não sofreu qualquer reforma desde 1789 e manteve as suas insígnias intocadas até 1910 (muito embora com variantes introduzidas pelos fabricantes nacionais e estrangeiros, e apenas um caso anómalo, de uma insígnia dita militar com a cruz de Malta); -- a Ordem Militar de Avis só foi reformada em 1894, já depois do ramo brasileiro ter sido extinto (antes disso também aparece a variante da cruz de Malta); -- e a Ordem Militar de Santiago sofreu uma significativa reforma emblemática e de estatutos em 1862, passando a ostentar a cartela «Sciencias, Letras e Artes».

No Brasil, as antigas Ordens Militares portuguesas foram amplamente concedidas por D. João VI e continuaram a sê-lo por D. Pedro I. Em 1843 foram nacionalizadas por D. Pedro II, sendo desde então consideradas como Ordens imperiais brasileiras, meramente civis e políticas. Pela primeira vez, desde a independência, regulamentou-se a concessão dos seus graus, modificaram-se as cores das suas bandas e fitas, e publicaram-se os desenhos das insígnias brasileiras, nem sempre respeitados pelos fabricantes e fornecedores, designadamente franceses, também eles fabricantes das insígnias portuguesas.

O que parecia ser uma tarefa quase impossível, acabaria por revelar algum dos seus segredos, após estudo do importante acervo emblemático do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, completado pelo estudo da colecção do Museu de Valores do Banco Central do Brasil, em Brasília, e com outras importantes colecções nacionais e estrangeiras.

A revelação de uma identidade emblemática própria das insígnias brasileiras das três antigas Ordens Militares portuguesas foi objecto de duas comunicações feitas pelo Autor ao I e ao II Congresso Luso-Brasileiro de Numismática (Rio de Janeiro, 2000 e Brasília, 2002). Nessa ocasião foi também revelado o único retrato conhecido de D. Pedro I do Brasil e duque de Bragança em Portugal, ostentando uma placa da banda das Três Ordens Militares, de cunho brasileiro.

O presente artigo apresenta, de forma resumida e condensada, algumas das principais conclusões do trabalho com o mesmo título, a publicar oportunamente em versão integral no editor digital www.estudosdenumismatica.org.

Primeira parte (1808 – 1821): O nascimento de uma nação

No dia 7 de Março de 1808 entrava na baía de Guanabara a nau Príncipe Real, trazendo a bordo o príncipe regente D. João, futuro rei e imperador do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Com ele vinham embarcados a rainha D. Maria I, os infantes Pedro de Alcântara e Miguel Maria, e o infante de Espanha Pedro Carlos. Noutras embarcações chegavam também a princesa real e as infantas, o governo, a corte, os mais altos dignatários da nobreza, do clero e da hierarquia militar.

No total largaram de Lisboa nesse memorável dia 27 de Novembro de 1807 – “*O dia em que o Atlântico mudou*”, na inspirada síntese do professor António José Telo –, 25 navios de guerra portugueses (com uma guarnição de 8 000 homens) e 31 navios mercantes, escoltados por quatro navios ingleses, que transportaram para o Brasil para cima de 6 000 passageiros de todas as classes, mas sobretudo das classes abastadas e dirigentes, professores da universidade, empresários e comerciantes, ourives e livreiros, com as suas famílias e os seus bens mais preciosos.

O que então aconteceu nesse ano de 1808 no Rio de Janeiro representa a maior revolução cultural alguma vez concretizada no Novo Mundo, sendo justo motivo de orgulho para portugueses e para brasileiros: -- em poucas semanas, toda uma nova administração central do vasto império lusíada ficou montada, com as suas secretarias de Estado, tribunais, câmaras de comércio e academias militares. Entre as instituições então fundadas, merecem destaque a Biblioteca Real, actual Fundação Biblioteca Nacional; -- a Imprensa Régia, depois a Imprensa Nacional do Brasil; -- o Real Jardim da Aclimação, que é hoje o famoso Jardim Botânico do Rio; -- o Banco do Brasil, o primeiro banco de todo o espaço económico português; -- a Real Academia Militar; -- o Museu Nacional das Belas-Artes, entre tantas outras.

Foi também em Abril desse histórico ano de 1808 que foi instituído o novo Tribunal do Desembargo do Paço e da Mesa da Consciência e Ordens, que iria regular e coordenar os assuntos das antigas Ordens Militares portuguesas e também, das novas Ordens Honoríficas que seriam depois criadas.

Durante os próximos 13 anos, a permanência do governo de D. João VI no Rio de Janeiro deu foros de nacionalidade “*a uma imensa colónia amorfa*”, na conhecida citação de Oliveira Lima, uma época marcante do nascimento do Brasil como nação:

Condecorações concedidas por D. João VI no Brasil
QUADRO I - Antigas Ordens Militares Portuguesas : 1808 a 1821

Ordem de Cristo			Ordem de Avis			Ordem de Santiago		
Cav.	Com.	G-Cruz	Cav.	Com.	G-Cruz	Cav.	Com.	G-Cruz
3 635	442	9 (7 *)	1 280	136	7 (6 *)	83	13	8

Nota: Estatísticas de Xavier Pinheiro () corrigidas pelo Autor*

«Até 1808 representava o Brasil nada mais do que uma unidade geográfica formada por províncias no fundo estranhas uma às outras; agora porém iam essas províncias fundir-se numa real unidade política, encontrando o seu centro natural na própria capital, o Rio de Janeiro, onde passaram a residir o rei, a corte e o gabinete». (D. João VI no Brasil, p. 55)

Da nova capital do império passaram a ser concedidas as mercês régias, os despachos de nomeação para todos os cargos da administração, das universidades, da hierarquia militar e para os lugares da magistratura judicial, em Portugal, no Brasil e para todas as colónias, pacientemente aguardados pelos interessados, que esperavam seis meses, no mínimo, após o seu requerimento ter sido enviado pelos governadores do Reino em Lisboa para a corte no Rio de Janeiro, aí despachado pelo ministro da tutela e devolvido com a assinatura do rei.

Os registos originais das condecorações concedidas entre 1808 e 1821 por D. João, príncipe e rei, nos diferentes graus das antigas Ordens Militares, totalizando cerca de 5.612 diplomas, não regressaram a Portugal, acabando por ficar depositados no Arquivo Nacional do Brasil, onde ainda se encontram, aguardando o seu estudo sistemático por investigadores interessados.

Foi com base na consulta dos livros de registo cronológico das condecorações brasileiras, que também existem nesse Arquivo Nacional, que em 1884 foi publicada por Artidoro Xavier Pinheiro uma estatística das condecorações concedidas por D. João VI no Brasil (Quadro I), bem como, a estatística completa e anual das insígnias concedidas por D. Pedro I e por D. Pedro II, até essa data, nas diferentes Ordens Honoríficas do Império (1). A estatística seria mais tarde completada até à implantação da república em 1889, na conhecida obra de Luis Marques Poliano (2).

Na sua maioria, estas condecorações foram concedidas a súbditos residentes em Portugal, particularmente a magistrados e a militares (no caso da Ordem de Avis), que tinham de adquirir as respectivas insígnias nos fabricantes locais, com uma excepção importante: -- aos dignatários do grau de Grã-Cruz, a carta de nomeação era acompanhada pela entrega da medalha (com ou sem a banda de seda), cujo custo de fabrico era suportado pelo Erário Régio. Com a morte desses dignatários, a medalha teria de ser devolvida, sendo depois entregue ao próximo nomeado nessa Ordem. Estas devolu-

ções aconteceram em vários casos, que ficaram registados nos documentos da época e nos livros de registo consultados pelo Autor no Arquivo Nacional de Portugal (Torre do Tombo), em Lisboa (3).

As páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro* (o jornal oficial da Corte no Brasil) registam um grande número de agraciados residentes no Brasil, entre emigrados e brasileiros, número esse que foi aumentando à medida que iam passando os anos da permanência da Corte no Rio de Janeiro. Esse aumento de mercês honoríficas nas antigas Ordens Militares, bem como nas novas criadas no Brasil (Real Ordem da Torre e Espada, em 1808; Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1818, de que damos em primeira mão a respectiva estatística no Quadro II abaixo), motivou a procura das respectivas insígnias, dando origem a um fluxo comercial de importações por agentes de fornecedores portugueses e estrangeiros, particularmente franceses.

Esse facto ficou registada nas páginas da *Gazeta do Rio de Janeiro*, que desde finais de 1818 começa a publicar anúncios do comerciante Carlos Durand e C.^a, com armazém na rua Direita n.º 9, anunciando a chegada de França de um grande sortimento de fazendas e acessórios de vestuário, neles se incluindo:

«um sortimento de hábitos grandes de Comendadores da Ordem de Cristo, hábitos da Ordem de Avis, crachás da Torre e Espada, e de Cristo, e hábitos da mesma Ordem, de diferentes grandezas, e o desenho inteiramente conforme à lei, perfeitamente executadas, e pelos preços mais cómodos»

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 6 de Fevereiro de 1819, n.º 11)

Estes anúncios continuaram a aparecer com regularidade até 1821, revelando que naquela época existia no Rio de Janeiro uma acentuada procura por insígnias:

«Na rua Direita n.º 9, se recebeu modernamente de Paris um sortimento de medalhas e crachás da Conceição, perfeitamente conformes a lei, e crachás, e Hábitos de Cristo»

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 20 de Outubro de 1819, n.º 84)

De notar a ausência de qualquer referência a insígnias da Ordem de Santiago:

«Carlos Durand e Cia, rua Direita n.º 9, acaba de receber de França... Também se acha na mesma casa um grande sortimento de crachás da Ordem de Cristo, de Avis, e da Torre e Espada»

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 3 de Março de 1819, n.º 27)

Ou ainda:

«Carlos Durand e Comp., na rua Direita n.º 9, acaba de receber ultimamente de França um sortimento das seguintes fazendas, que venderão a cómodo preço: chapéus de Senhora do último gosto, (...) fitas de diferentes qualidades, Hábitos e Crachás de Cristo, Medalhas e Crachás da Conceição, Medalhas da Torre e Espada, bem como outras fazendas»

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 29 de Janeiro de 1820, n.º 9)

Menos frequentes eram os anúncios de insígnias importadas de Lisboa:

«Quem quiser comprar placares vindos de Lisboa, da Ordem de Cristo e Torre e

Espada, procure na loja de António Leite de Castro, na rua Direita junto à igreja da Cruz»

(Gazeta do Rio de Janeiro, de 21 de Março de 1821, n.º 23)

Que os preços eram os mais cómodos não duvidamos, já que se referiam a insígnias de prata esmaltada e dourada, crachás, medalhas e hábitos grandes e pequenos, de vários tamanhos, pois o fabrico de insígnias de ouro estava reservado aos ourives estabelecidos. Mas o que mais nos interessa é a indicação, clara e expressa, de que todas estas insígnias vindas de Paris, das Ordens de Cristo, de Avis, da Torre e Espada e da Conceição de Vila Viçosa, tinham o desenho inteiramente conforme a lei, sendo perfeitamente executadas.

Ou seja, no caso das antigas Ordens Militares, conforme o padrão do modelo publicado com a Carta de Lei de 19 de Junho de 1789; -- ou, no caso da Real Ordem da Torre e Espada, conforme os desenhos vindos a público a 13 de Maio de 1809; -- e ainda, no caso da Ordem da Conceição de Vila Viçosa, conforme os desenhos publicados juntamente com o alvará com força de lei de 10 de Setembro de 1819.

Assim sendo, como distinguir as insígnias vindas de Paris das fabricadas em Lisboa ou no Rio de Janeiro?

Com excepção da Ordem da Torre e Espada, de que se conhecem com exactidão os dois modelos portugueses, um fabricado na Casa da Moeda do Rio de Janeiro e o outro no Arsenal Real do Exército de Lisboa, bem como, os modelos ingleses dos placares e outras medalhas fabricados por ourives londrinos para a sua clientela militar (4), nada se sabe de concreto desses modelos franceses das antigas Ordens Militares portuguesas que abasteceram o mercado brasileiro nos últimos anos da permanência da corte de D. João VI e, ao que tudo indica, durante o império.

Segunda parte (1821 – 1825): O regresso do rei e o novo império

Na quinta-feira 26 de Abril de 1821, logo após a Páscoa, fez-se ao mar na baía da Guanabara a nau D. João VI, onde ia o soberano do Reino Unido, liderando a esquadra que conduzia de regresso à sede da monarquia toda a corte e o governo, bem como, cerca de 3.000 pessoas de todas as categorias e classes sociais. Para trás ficava uma nação, em reino promovida, já não mais uma colónia.

Dias antes, a 22 de Abril, D. João VI tinha encarregado o seu filho primogénito no governo geral e na administração do reino do Brasil, outorgando-lhe os títulos de Príncipe Regente e de seu Lugar-Tenente, deixando-o amparado com as “Instruções” por que se devia reger a sua autoridade, publicadas em anexo ao real decreto dessa data. Entre elas ficou bem expresso que:

« (...) Finalmente, poderá o Príncipe conferir, como Graças honoríficas, os Hábitos das Três Ordens Militares, de Cristo, S. Bento de Avis, e S. Tiago da Espada, às pessoas, que julgar dignas dessa distinção; podendo conceder-lhes logo o uso da Insígnia, e as dispensas do estilo para a Profissão (...)».

(Gazeta Extraordinária do Rio de Janeiro, de 26 de Abril de 1821, n.º 8)

Condecorações concedidas por D. João VI no Brasil *

QUADRO II - Novas Ordens Honoríficas criadas no Brasil : 1808 a 1821

Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa			Real Ordem da Torre e Espada		
Cav.	Com.	G-Cruz	Cav.	Com.	G-Cruz
79	38	11	295	141	57

(*) Nota: Estatísticas do Autor

Durante este período regencial, o príncipe D. Pedro conferiu as primeiras insígnias no dia do aniversário do rei, 13 de Maio de 1821: -- 3 hábitos de Avis a militares, que tinham cumprido o tempo de serviço necessário para se habilitarem a esta mercê.

Pormenor significativo: em Julho desse ano, a casa Durand & Comp.^a cessa as suas actividades no Rio de Janeiro.

D. Pedro continuou a fazer uso da faculdade de despachar os hábitos das antigas Ordens Militares de Portugal durante todo o ano de 1822 (ver o Quadro III), nomeando: -- em 18 de Março, 6 cavaleiros de Cristo e 4 cavaleiros de Avis ; -- a 13 de Maio, 10 cavaleiros de Cristo e apenas um de Avis; -- e a 12 de Outubro, seu aniversário natalício e já depois de ter aceite o título de Imperador Constitucional e Defensor Perpétuo do Brasil, 34 novos cavaleiros de Cristo e 3 de Avis. Com esta particularidade: as pessoas providas nestas duas Ordens Militares eram mesmo militares, à excepção de 8 sacerdotes, na Ordem de Cristo.

E continuou a fazê-lo em números crescentes até 1825, ano do reconhecimento formal da independência do Brasil por parte do soberano de Portugal. Como seriam essas insígnias, concedidas nos primeiros anos da independência? Terá havido modificação no seu desenho? Seriam do mesmo modelo anterior, ou seja, uma singela Cruz pendente da fita da cor da Ordem, ou teriam já adicionados distintivos do Império?

A questão merece reflexão, já que as mudanças emblemáticas no Brasil já tinham começado: -- no primeiro dia de Dezembro de 1822, dia da sagração e coração do imperador D. Pedro I, é instituída a Ordem Imperial do Cruzeiro, cujo decreto fundador relembra a prática seguida por D. João VI, de se assinalarem épocas memoráveis com a criação de novas Ordens de Cavalaria. Como insígnia, a nova Ordem tinha uma estrela de cinco braços bifurcados, esmaltada de branco e decorada com a coroa imperial, assente numa coroa emblemática das folhas de tabaco e café, esmaltadas de verde.

Aparecem já descritos neste decreto de 1822 os novos distintivos e emblemas que irão, em breve, influenciar o desenho de novas insígnias das antigas Ordens militares portuguesas no império do Brasil: -- a cruz do Cruzeiro; -- a coroa imperial; -- e os ramos de tabaco e café

É assim muito provável que, no período de 1822 a 1825, alguns dos 700 hábitos de

**Condecorações concedidas por D. Pedro, regente e imperador do Brasil
das antigas Ordens Militares Portuguesas : 1821 a 1831**

QUADRO III – Antes do reconhecimento da independência: 1821 - 1824

Anos	Ordem de Cristo			Ordem de Avis			Ordem de Santiago		
	Cav.	Com.	G. C.	Cav.	Com.	G. C.	Cav	Com.	G. C.
1821	20	--	--	24	1	--	1	--	--
1822	179	--	--	26	--	--	--	--	--
1823	120	--	--	69	--	--	--	--	--
1824	237	9	--	58	--	--	3	--	--
total	556	9	--	177	1	--	4	--	--

QUADRO IV – Após o reconhecimento da independência: 1825 - 1831

1825	368	41	1	56	7	3	--	--	--
1826	233	51	1	50	16	--	1	--	--
1827	182	25	--	39	13	--	2	--	--
1828	323	44	2	53	9	1	--	--	--
1829	384	80	1	69	17	--	--	--	--
1830	269	42	--	67	9	--	2	--	--
1831	16	2	5	1	2	--	--	--	--
total	1 775	285	10	335	73	4	5	--	--

Cristo e de Avis entregues fossem rematados pela coroa imperial brasileira, para marcar bem a diferença, tal como aparece num raro exemplo do acervo do MHN (com a fita depois mudada para ficar conforme com as cores de 1843).

Terceira parte (1825 – 1831): A miscegenação emblemática

A estatística do Quadro IV revela com clareza que, após o reconhecimento da independência do Brasil e da sua nova denominação de Império, em lugar de Reino, que antes detinha, uma clara modificação na política e metodologia da concessão dos graus superiores das antigas Ordens Militares portuguesas, teve lugar.

A 13 de Maio de 1825 (mais um aniversário natalício, que seria o seu último), o soberano português assina em Queluz a Carta-Patente que emancipa o novo império do reino de Portugal, transferindo para D. Pedro o pleno exercício da soberania do Império do Brasil, ao mesmo tempo que lhe mantinha o título de Príncipe Real de Portugal

e Algarves.

Nessa Carta-Patente, que antecedeu a assinatura do Tratado de Paz e Aliança entre Portugal e o Brasil (29 de Agosto), D. João VI foi claro em deixar expresso a sua vontade quanto aos negócios que às antigas Ordens Militares diziam respeito:

«(...) *Sou também servido, como Grão-Mestre, Governador e perpétuo Administrador dos Mestrados, Cavalaria e Ordens de Nosso Senhor Jesus Cristo, de S. Bento de Avis e de S. Tiago da Espada, delegar, como delego, no dito filho, Imperador do Brasil e Príncipe Real de Portugal e Algarves, toda a comprida jurisdição e poder para conferir os benefícios da primeira Ordem e os hábitos de todas elas no dito Império (...)*» (5).

As estatísticas conhecidas revelam que D. Pedro I condecorou, durante esse ano, 41 Comendadores na Ordem de Cristo e 7 Comendadores na Ordem de Avis; -- e que, pela primeira vez, elevou à dignidade de Grã-Cruz 1 dignatário na Ordem de Cristo e 3 militares na Ordem de Avis. Esperamos um dia poder comprovar, pela consulta da documentação existente no Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro, de que estas nomeações de Comendadores e de Grã-Cruzes das Ordens só foram feitas em datas posteriores a Junho de 1825.

Nos anos seguintes seriam concedidas 10 Grã-Cruzes da Ordem de Cristo e 4 Grã-Cruzes na Ordem de Avis.

Uma dessas raras insígnias de Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo (talvez uma das cinco concedidas em 1831) encontrava-se numa colecção particular de Basileia, na Suíça, onde tivemos o prazer de a examinar, ainda dentro do seu estojo original, gravado com as armas imperiais de D. Pedro I. De fabrico francês, a medalha oval da banda de seda vermelha, replicando o tradicional modelo português, está emoldurada num grosso aro de ouro com 5 mm de espessura; e a placa de 22 raios de prata abrihantados com pequenas esferas, apresenta já o desenho característico que vamos designar como o “modelo francês para o Brasil” (bem diferente do “modelo francês para Portugal”).

A Questão do Grão-Mestrado das Ordens no Brasil – O que se passou desde 1825 e até ao final do reinado de D. Pedro I, no que às antigas Ordens Militares portuguesas diz respeito, vem abundantemente documentado na obra de referência de Marques Poliano já citada. A questão principal que se levantou era tão simples de expor, como complexa de resolver: -- agora que o Brasil era independente, quem era o Grão-Mestre e Administrador das antigas Ordens Militares de Cristo, de Avis e de Santiago?

Em Portugal, sem dúvida, era o soberano reinante; -- mas, e no Brasil, onde essas Ordens tinham sido importadas e mantidas após a independência? Qual o título que o Imperador do Brasil poderia invocar para continuar a conceder essas condecorações e administrar os dízimos da Ordem de Cristo em solo brasileiro? Como delegado do Grão-Mestre de Portugal? Esta era uma situação perfeitamente inadmissível para o novo Império.

Essas e outras questões de grande importância naquela época de transição de soberania, como os títulos do novo soberano e as relações entre a Igreja e o Estado, foram

estudadas e foram objecto de consultas, pareceres e resoluções, todas apontando para que D. Pedro I assumisse a soberania integral na administração dos bens da Igreja e na concessão das Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago, como “Administrador do Grão-Mestrado das Três Ordens Militares e Governador delas no Império do Brasil”. O que o imperador prudentemente não fez, continuando a assinar os decretos de condecorações apenas como “Imperador do Brasil”.

A morte de D. João VI em Março de 1826 e a sucessão do imperador do Brasil como rei de Portugal e dos Algarves, muito embora por um período muito curto, elevou D. Pedro à dignidade de Grão-Mestre das Ordens Militares e Honoríficas portuguesas, e veio dar um novo ímpeto à resolução da questão do direito público eclesiástico no Império do Brasil. Em causa estava o gozo e posse, pelo Império, de todos os direitos e privilégios anteriormente concedidos pela Santa Sé ao reis de Portugal, na parte que dissessem respeito ao Brasil, como administradores do Grão-Mestrado das Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago.

D. Pedro solicita ao Papa Leão XII a concessão desses direitos e privilégios, dele obtendo a bula “Praelara Portugalliae Algarbiorumque Regum”, assinada em Roma aos 15 de Maio de 1827, pela qual é criada no Brasil um novo Grão-Mestrado das Ordens Militares de Cristo, de São Bento de Avis e de Santiago da Espada, desligando-o do Grão-Mestrado das Ordens Militares de Portugal, e concedendo à Ordem de Cristo brasileira o padroado das igrejas e benefícios do Império, sendo os imperadores do Brasil seus perpétuos Grão-Mestres.

No entanto, quando esta bula foi submetida à aprovação do poder legislativo brasileiro, foi liminarmente rejeitada pela Câmara dos Deputados em Outubro de 1827, como «manifestamente ofensiva à Constituição e aos direitos de Sua Majestade o imperador». Desde então, conclui Marques Poliano, as antigas Ordens Militares portuguesas deixaram de existir no Brasil, passando a existir outras com o mesmo nome e símbolos principais, mas sem o seu anterior carácter e natureza de ordens religiosas, que seriam baptizadas mais tarde como Imperiais Ordens de Cristo, de Avis e de Santiago.

A mudança emblemática do Primeiro Reinado- Terá sido nesse momento charneira da história luso-brasileira das antigas Ordens Militares portuguesas, cuja fronteira podemos situar entre 1825 e 1827, que D. Pedro I modificou o desenho das insígnias brasileiras, para que se distinguissem claramente das portuguesas, nelas introduzindo um distintivo novo, característico do Império do Brasil, apesar de inspirado na Legião de Honra francesa: -- a emblemática estrela de cinco braços bifurcados que forma o resplendor das insígnias da Ordem Imperial do Cruzeiro; -- e a adição da coroa imperial brasileira nos hábitos das Ordens, cujo uso já vinha do período anterior.

Marques Poliano chamou a atenção para o facto de não existir na legislação brasileira qualquer disposição anterior a 1843, que autorize a modificação das tradicionais insígnias das antigas Ordens portuguesas – que eram, uma cruz singela esmaltada na cor da Ordem, para os Cavaleiros; uma cruz pendente do emblema do Sagrado Coração de Jesus, para os Comendadores; e uma medalha oval pendente da banda dos Grã-Cruzes, juntamente com a placa de resplendor estrelado em raios de prata concêntri-



Desenhos das insígnias portuguesas (de 1888) e das insígnias brasileiras (de 1884)





Ao centro - Placa de Grã-Cruz da Ordem Imperial do Cruzeiro, insígnia do Primeiro Reinado (1822-1831). Foto do autor (col. particular, Basileia, Suíça)



Em cima e em baixo - Placas de Comendador da Ordem de Avis e de Cristo do Império do Brasil. Fotos cortesia do Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro





Retrato de D. Pedro I do Brasil, de cerca de 1830, existente na Real Companhia Velha, em Vila Nova de Gaia, atribuído a João Baptista Ribeiro. Foto do autor, cortesia RCV



Retrato da princesa D. Maria da Glória, de cerca de 1830, existente na Real Companhia Velha, em Vila Nova de Gaia, atribuído a João Baptista Ribeiro. Foto do autor, cortesia RCV





*Imperial Ordem de Avis -
Insignias de Cavaleiro,
antes e depois de 1843;
de Comendador do Primeiro
Reinado com coroa imperial; e do Segundo Reinado,
cravate e placa francesa. Fotos cortesia MHN*





*Imperial Ordem de Cristo
- Insígnias de Cavaleiro, de Comendador e os três tipos de Grã-Cruzes referidos no texto (pendente oval do Primeiro Reinado, foto do autor, col. Basileia). Fotos cortesia MHN*





*Fotos por
cortesia do
MHN, Rio de
Janeiro*



*Exemplos de
placas
brasileiras,
com o seu
característico
fecho
e
festões
de rosas*



Ao lado - Retrato do conde do Rio Pardo (1790-1849), existente no Museu Imperial de Petrópolis, com a comenda de Cristo de fabrico francês, de cerca de 1829

Em baixo, à esquerda - O duque de Caxias, patrono do Exército brasileiro, com a placa de Comendador de Avis com a estrela do Cruzeiro, atribuída em 1827

Em baixo à direita - O pretendente ao trono do Brasil, envergando a Banda da Grã-Cruz das Três Ordens Imperiais de Cristo, Avis e Santiago e insignia oval pendente





Duas placas do mesmo fabricante francês, da Ordem Militar de Cristo:

-- em cima, para o Brasil (foto do autor, col. Basileia)

-- em baixo, para Portugal (foto cortesia do MHN, Rio de Janeiro).

O fabricante LEMAITRE trabalhou para os dois países durante mais de 80 anos.



cos, tendo ao centro a cruz da Ordem e na cabeceira o mesmo emblema do Sagrado Coração –, com o acréscimo desses elementos tão nitidamente brasileiros: -- a estrela do Cruzeiro, assente numa coroa de ramos de café e de fumo e suspensa da coroa imperial. Apenas na placa raiada se manteve ao alto o emblema mariano do Sagrado Coração, em vez da coroa imperial que figura nas placas do Cruzeiro.

E conclui: «*Parece-nos que a montagem das insígnias na forma descrita ocorre depois da abdicação de D. Pedro I.*» (ob. cit., p. 81)

A nova tese que agora apresentamos é diferente: -- a mudança emblemática das insígnias imperiais das antigas Ordens militares portuguesas concretizou-se no Primeiro Reinado, precisamente entre 1825 e 1827, tendo como inspiração as insígnias da Ordem Imperial do Cruzeiro, para que se distinguissem das Ordens concedidas em Portugal e assim afirmarem publicamente a independência emblemática das Ordens imperiais brasileiras. Uma mudança que seria depois completada e regulamentada em 1843.

Nas placas de peito dos Comendadores e Grã-Cruzes, o resplendor tradicional é substituído por um resplendor com a estrela do Cruzeiro entre os raios, sendo conhecidos exemplos dessas placas de cada uma das três Ordens, cuja moldura central apresenta ainda uma outra característica perfeitamente inovadora e, também ela, nitidamente brasileira: -- uma bela decoração de rosas, com as flores na sua cor natural, cerca o campo esmaltado onde repousa a cruz da Ordem, como que recordando a instituição da Ordem Imperial da Rosa por D. Pedro I em Outubro de 1829.

Contudo, nas insígnias fabricadas em França, como vimos acima, o desenho das placas era bem diferente.

Dois retratos, uma só placa – Existe um quadro a óleo no salão nobre da Real Companhia Velha, em Vila Nova de Gaia (Portugal), que retrata D. Pedro I em uniforme militar, de semblante jovem, segurando o punho da espada com a mão direita, ostentando ao pescoço o Tosão de Ouro, a tiracolo a banda de seda tricolor das Três Ordens Militares e, no peito, uma placa da mesma banda, com a estrela do Cruzeiro entre os raios do resplendor.

Trata-se de uma pintura anónima e sem data, com 1110 x 1000 mm, atribuída ao pintor portuense João Baptista Ribeiro (Vila Real 1790 – Porto 1868), em data cerca de 1830, ou seja, anterior à abdicação do imperador. Vem reproduzida na conhecida obra de Stanislaw Herstal, “Dom Pedro. Estudo Iconográfico” (São Paulo – Lisboa, 3 volumes, 1972) e foi fotografada pelo Autor nas instalações da Real Companhia Velha.

Um outro quadro a óleo existe no salão nobre da vetusta Companhia, na galeria dos retratos dos senhores reis de Portugal, e que merece também ser aqui reproduzido: -- atribuído ao mesmo artista e na mesma data (?), nele figura D. Maria da Glória, a jovem princesa brasileira filha de D. Pedro e por ele nomeada rainha de Portugal, envergando a tiracolo a banda de seda da Real Ordem das Damas de Santa Isabel, da qual pende uma medalha tendo ao centro as insígnias das Três Ordens Militares, emoldurada por um resplendor com uma estrela de quatro braços bifurcados; e, ao peito, a placa das Três Ordens Militares, do mesmo modelo da placa do quadro de D. Pedro, com a

estrela do Cruzeiro entre os raios do resplendor.

Se não há dúvida de que esta representação da medalha pendente das Três Ordens, numa banda da Ordem de Santa Isabel, é claramente fantasiosa, fruto do desconhecimento pelo pintor dos pormenores do intrincado desenho da medalha desta Ordem para damas, criada a pedido de D. Carlota Joaquina em 1804, cujas cores eram bem conhecidas, já a placa que a jovem rainha ostenta ao peito faz par com a placa do retrato de D. Pedro.

Eis assim uma prova iconográfica que vem documentar de forma clara e concreta o nascimento com D. Pedro I das novas insígnias das Imperiais Ordens de Cristo, de Avis e de Santiago. Uma insígnia de tal modo brasileira que, após a abdicação do imperador e do seu regresso a Portugal em 1832, nunca mais voltou a usar, sendo retratado desde 1833 como duque de Bragança, com a mesma banda tricolor de seda, mas com uma placa das Três Ordens de formato regulamentar português.

A Banda das Três Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago continuaria a ser usada no Brasil pelo imperador D. Pedro II, após a reforma dessas Ordens em 1843, como veremos mais adiante. E, por direito de sucessão dinástica, também os pretendentes ao trono do Brasil ainda hoje usam dessa banda tricolor, com a insígnia oval das Três Ordens Militares pendente da coroa imperial.

Uma insígnia que em Portugal continua a ser, como sempre o foi desde Novembro de 1789, o símbolo emblemático da chefia do Estado e da mais alta magistratura da Nação portuguesa.

Quarta parte (1843 – 1889): A nacionalização das antigas Ordens Militares portuguesas

A abdicação da coroa imperial por D. Pedro I deu lugar a um longo período regencial, que se prolongou de Abril de 1831 até à declaração da maioridade de D. Pedro II, em 1840, durante o qual não foram concedidas mercês honoríficas. A regência ficou marcada por várias tentativas de secessão, a mais grave das quais foi a “Guerra dos Farrapos” (1835-1845), que visava a separação da província do Rio Grande do Sul, e que esteve na origem da decisão governamental de antecipar da maioridade do jovem imperador, que era visto pelo povo como um símbolo vivo da unidade do país.

A questão das antigas Ordens Militares portuguesas e a concessão dos seus graus no Império do Brasil seria finalmente regularizada e regulamentada em 1843 (Decreto n.º 321, de 9 de Setembro), que estabelecia, nos três primeiros artigos:

«Art. 1.º - As Ordens Militares de Cristo, São Bento de Avis e São Tiago da Espada ficam de ora em diante tidas e consideradas como meramente civis e políticas, destinadas para remunerar serviços feitos ao Estado, tanto pelos súbditos do Império como por estrangeiros beneméritos»

Art. 2.º - Cada uma destas Ordens constará de Cavaleiros e Comendadores, sem número determinado, e de 12 Gran-Cruzes; não compreendidos neste número os Príncipes da Família Imperial e os estrangeiros, que serão reputados supranume-

Condecorações concedidas pelo imperador D. Pedro II *

QUADRO V: Ordens Militares Portuguesas Nacionalizadas : 1839 a 1889

Anos	Ordem de Cristo			Ordem de Avis			Ordem de Santiago		
	Cav.	Com.	G. C.	Cav.	Com.	G. C.	Cav.	Com	G. C.
1839/1849	2 025	514	12	333	66	9	1	--	--
1850/1859	713	203	2	345	19	2	--	--	--
1860/1869	1 941	207	4	522	49	10	--	--	--
1870/1879	735	117	13	417	23	7	--	--	--
1880/1889	83	160	20	337	35	16	--	--	--
total	2 549	418	35	1 954	192	44	1	--	--

(*) Nota – Estatísticas de Xavier Pinheiro (1884) completadas por Marques Poliano (1943). Não incluem as condecorações conferidas às pessoas da família imperial, e a príncipes, soberanos ou chefes de Estado estrangeiros. O único hábito de Santiago foi concedido em 1840.

rários.

Art. 3.º - Os Cavaleiros, Comendadores e Gran-Cruzes das três Ordens continuarão a usar das mesmas insígnias de que até agora tem usado, e com as fitas das mesmas cores; sendo, porém as das Ordens de Cristo e S. Tiago orladas de azul, e a da Ordem de S Bento de Avis orlada de encarnado.»

Data assim de 1843 a mudança das cores das fitas e bandas das três Ordens imperiais brasileiras, o que terá dado azo a que muitos dos anteriores agraciados tivessem trocado as fitas antigas, do modelo português, pelas novas fitas do modelo brasileiro.

Xavier Pinheiro publicou este decreto em 1884, como se disse, anexando as estampas ilustrando as insígnias destas três Ordens Imperiais, designadas no seu trabalho como “Padrão N.º 1 ; 2; 3”, ficando a ideia de que esses desenhos seriam os originais que baixaram com o decreto, como era hábito praticar. No entanto, Marques Poliano sugeriu que essas estampas tivessem sido gravadas muito mais tarde, para ilustrar o livro de Xavier Pinheiro, «*consubstanciando naqueles padrões o fato de mais de meio século de uso de tais insígnias*». (ob. cit., p. 82)

Na falta de um estudo mais profundo que incluía a consulta ao decreto original de 1843 e à publicação conjunta ou não dos padrões das insígnias, existe nele uma clara referência aos anteriores agraciados com as Ordens Militares, que deviam continuar «*a usar das mesmas insígnias de que até agora tem usado*». Insígnias essas que, na nossa opinião, os padrões com os seus desenhos e cores ilustram na perfeição, evidenciando

as modificações emblemáticas ocorridas nos diferentes graus honoríficos desde o Primeiro Reinado e só então regulamentadas:

Hábito dos Cavaleiros de Cristo e de Avis – A cruz singela, pendente da coroa imperial ou não, passa para o centro de uma estrela de cinco braços bifurcados, esmaltada de branco e decorada com a coroa imperial, assente numa coroa emblemática das folhas de tabaco e café, esmaltadas de verde; -- ou seja, exactamente conforme o modelo da insígnia da Ordem do Cruzeiro, de Dezembro de 1822.

Hábito dos Cavaleiros de Santiago – Cruz singela pendente da fita da Ordem.

Cravate dos Comendadores das Três Ordens – Cruz singela pendente de um resplendor carregado com o emblema do Sagrado Coração de Jesus.

Medalha da Banda dos Grã-Cruzes das Três Ordens – A mesma insígnia dos Cavaleiros, com a cruz do Cruzeiro, de maior dimensão.

Na mesma colecção de Basileia acima referida, existe uma insígnia de Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo, no estojo original de D. Pedro II, acompanhada pelo respectivo diploma de outorga a um diplomata alemão, datado de 23 de Agosto de 1884. Ao contrário dos padrões publicados por Xavier Pinheiro nesse mesmo ano, a insígnia da banda de seda replica a insígnia dos Comendadores, ou seja, a cruz da Ordem pendente de um resplendor onde repousa o emblema do Sagrado Coração de Jesus e da banda com as cores imperiais de 1843.

Quanto à placa, do mesmo modelo francês para o Brasil, apresenta no verso o nome do seu fabricante, a casa LEMAITRE em Paris. De facto, desde cerca de 1870 que esse fabricante tinha sido nomeado fornecedor oficial das condecorações do Império do Brasil, conforme vem indicado no conhecido livro de H. Schulze (6), sendo muito provável que tenha sido essa casa o principal fornecedor das insígnias de todas as Ordens Honoríficas do Império do Brasil.

E não só, já que também foi, na mesma época, um grande fornecedor das insígnias das Ordens Honoríficas de Portugal.

Quinta Parte – Caracterização das insígnias brasileiras

São conhecidos numerosos exemplos de hábitos de Cavaleiro de Cristo e de Avis concedidos durante o Segundo Reinado, com as insígnias pendentes da coroa imperial e conformes os padrões de 1843.

Da **Imperial Ordem de Cristo**, merece destaque uma medalha da banda de Grã-Cruz executada conforme o padrão de 1843, mostra também o emblema do Sagrado Coração na cabeceira da estrela do Cruzeiro e por debaixo da coroa, uma adição de grande sentido emblemático, que não figura nos padrões publicados.

Deste grau existem, assim, pelo menos três tipos distintos: 1 – Primeiro Reinado, medalha oval pendente de banda vermelha; 2 – Segundo Reinado, medalha com a cruz do Cruzeiro, conforme o padrão de 1843, pendente de banda vermelha orlada de azul; 3 – Segundo Reinado, cruz singela pendente do Sagrado Coração, em banda como a anterior.

Da **Imperial Ordem de Avis**, destinada a remunerar exclusivamente serviços militares, salienta-se uma insígnia de Comendador do Primeiro Reinado, de ouro esmaltado, com a cruz suspensa do Sagrado Coração e da coroa imperial, num estilo que seria muito mais tarde adoptado nas insígnias portuguesas da Real Ordem Militar de Avis, no grau de Grã-Cruz, após a reforma emblemática de Agosto de 1894.

À semelhança da Ordem de Cristo, é possível que as medalhas de Grã-Cruz tenham seguido o mesmo padrão, oval no Primeiro Reinado, cruz singela no Segundo Reinado. No entanto, existe no MHN um exemplo de uma medalha oval de fabrico particular, de cerca de 1860.

Quanto à **Imperial Ordem de Santiago**, escassamente concedida no império do Brasil, o destaque vai para uma rara insígnia de Cavaleiro com a cruz assente na estrela do Cruzeiro, suspensa da coroa imperial, sem dúvida uma improvisação de um anterior decorado, que a mandou refazer à maneira das duas outras Ordens imperiais.

Placas ou crachás - Particularmente interessante são as placas, frequentemente reproduzidas em quadros com os retratos dos agraciados. A distinção entre Ordens reais portuguesas e Ordens imperiais brasileiras, dessas insígnias, representou um desafio que só foi resolvido, mais uma vez, pelo estudo do acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, em confronto com outras colecções particulares na Europa.

Em traços gerais pode-se dizer que, para além de uma multitude de exemplos de fabrico local, existiram de facto dois modelos distintos dessas placas, um modelo “português” e um modelo “brasileiro”, utilizados pelos fabricantes franceses para satisfazer as encomendas de uma mesma Ordem Militar, de uma ou de outra proveniência. (7)

O modelo francês para o Brasil segue o modelo introduzido desde finais do Primeiro Reinado, ou mesmo antes: -- placa de 22 raios perfurados, abrilhantados com pérolas ou pequenas esferas, com elementos de ligação do mesmo tipo entre os raios, sem interrupção ou interstícios; na cabeceira, o emblema do Sagrado Coração com as fiavras de espinhos entrelaçadas de recorte nítido; ao centro, um festão duplo prateado e dourado, perolado, emoldura o círculo de esmalte branco onde repousa a cruz da Ordem. No reverso, a placa mostra os raios perfurados.

O modelo francês para Portugal, pelo contrário, segue o padrão dos fabricantes lisboetas dessa época: -- placa de 24 raios perfurados (as placas portuguesas têm normalmente 22 raios), abrilhantados com pontas de diamante, com uma ponte de ligação entre os raios, separados entre si; na cabeceira, o mesmo emblema do Sagrado Coração de grande qualidade; ao centro, um festão dourado ornamentado com 5 grupos de flores esmaltadas (nas placas de fabrico português, este festão só tem normalmente 4 grupo de flores). No reverso, a placa mostra os interstícios entre os raios perfurados.

Muitas outras placas das Ordens existem no MHN do Rio de Janeiro que revelam pormenores de grande valor emblemático, como o centro emoldurado por ricos festões de rosas e outros motivos vegetalistas de rara beleza. Particularmente interessante é a observação dos reversos das placas e dos seus espigões de fixação, onde se encontra outra particularidade das placas brasileiras de fabrico local: -- um fecho duplo em U recto invertido, como mostram as ilustrações, nunca visto em placas portuguesas.

Conclusão

Com alguma frequência aparecem nos leilões internacionais insígnias das antigas Ordens Militares portuguesas, catalogadas como de Portugal, quando de facto são raras insígnias do Império do Brasil.

Este trabalho é uma contribuição para o seu estudo, ainda incompleto e a necessitar da ajuda de colecionadores e estudiosos brasileiros. Há que pesquisar os nomes dos agraciados no Arquivo Nacional e depois procurar os grupos de condecorações que possam existir nos acervos de museus, academias militares e outras instituições brasileiras. Será com base nesses grupos nomeados e datados que se poderá reconstruir a evolução emblemática das insígnias das antigas Ordens Militares portuguesas no Império do Brasil.

O apoio recebido do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro tem sido inestimável e para todos os seus colaboradores vão os meus sinceros agradecimentos.

Um agradecimento especial para Eneias de Loretto, fotógrafo da Casa da Moeda do Brasil que me acompanhou nesta viagem emblemática e fixou os negativos das peças do Museu Histórico Nacional aqui ilustradas.

António Miguel Trigueiros

NOTAS

(1) Artidoro Xavier Pinheiro, *Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil* - São Paulo, 1884. Uma rara obra e uma das fontes mais citadas sobre as Ordens Honoríficas

(2) Luis Marques Poliano, *Ordens Honoríficas do Brasil (História, Organização, Padrões, Legislação)* - Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1943.

(3) Foi o caso, por exemplo, da medalha de Grã-Cruz da Ordem de Avis, concedida em Dezembro de 1808 ao general Bernardin Freire de Andrade e que não chegou a ser entregue, pela sua morte trágica no Porto. A medalha foi então enviada para o Brasil, onde chegou em Março de 1810, para ser entregue ao conde da Caparica, nomeado em Junho de 1809. Um dos últimos casos registados foi o da medalha de Grã-Cruz da Ordem de Cristo do 1.º duque de Palmela, devolvida pela duquesa-viúva à secretaria de Estado do Reino e entregue em Maio de 1851 ao visconde de Algés.

(4) Veja-se o estudo *Inéditos da Real Ordem da Torre e Espada*, Publinummus, Lisboa 2008, no editor digital www.estudosdenumismatica.org/emblematica.

(5) Publicado por António Vianna, *A Emancipação do Brasil 1808 – 1825*, Lisboa, Anuário Comercial, 1922. Documento n.º 7, p. 519

(6) H. Schulze, *Cronik der Ritter-und Verdienstorden*, Berlin 1855, Suplemento 1870 (com as gravuras das insígnias: Brasil, p. 35, estampa V ; Portugal, p. 295, estampa XXXVIII)

(7) A lista dos fabricantes franceses de condecorações portuguesas vem na monografia de Tammann e Trigueiros, *The Three Portuguese Military Orders of Knighthood*, O.M.S.A. Medal Notes No. 1, Glassboro, NJ, USA, 1997, acessível em www.estudosdenumismatica.org